

# **Economia Solidária, Revolução Global e Sociedades Pós-Capitalistas.**

Euclides André Mance  
IFiL, Curitiba, 03/2007

Há uma revolução global em curso. Não é capitaneada por um partido político ou por uma vanguarda. Não tem bases militares e sua estratégia é anti-beligerante. Essa revolução mobiliza milhões de pessoas no mundo todo. Dela sabemos muito pouco até agora. O que sabemos é que na base de sua mobilização, organização e educação popular estão milhares de movimentos e milhões de pessoas integradas em redes colaborativas. São redes de todo tipo e que atuam nos campos da cultura, da política e da economia. São milhares de movimentos: ecológicos, feministas, por igualdade racial, por direitos humanos, contra a fome, por moradia, por terra para cultivar, contra a agricultura transgênica, pela democratização da comunicação, por acesso a canais de TV e rádio, por transporte de qualidade, contra discriminações, pela democratização dos Estados, pelo orçamento participativo, pela economia solidária, contra o aquecimento global, pelo software livre, por tecnologias livres e sustentáveis, pelas metas do milênio, pela autodeterminação dos povos e tantos outros. Pode-se dizer que o número de movimentos é bastante superior ao número de problemas específicos em torno dos quais as pessoas e coletividades se organizam para atuar em conjunto. Uma vez que há um conjunto de movimentos que se organiza em torno de temas culturais e artísticos, desenvolvendo as dimensões imaginativas, criativas e expressivas de comunidades e povos. Movimentos que atuam preservando sabores e saberes locais, modos de cultivo ou preparo de bens, produtos e serviços que expressam culturas e valores. Movimentos pela preservação de línguas e patrimônios culturais.

Uma revolução está em curso porque, coletivamente, de baixo para cima, democraticamente, construindo consensos e respeitando dissensos argumentados, esses milhares de movimentos e organizações, esses milhões de pessoas começaram a tecer redes solidárias, colaborativas, construindo canais e conexões que têm o potencial de interligar o local e o global, a diversidade na unidade,

fortalecendo lutas específicas e globais, reafirmando que quanto mais unidos e diversos, quanto mais se entre-apoiarem pela justeza de suas causas, mais fortalecidos todos serão e melhores chances terão de alcançarem seus objetivos.

Mas pouco sabemos desse fenômeno. Enxergamos esses movimentos por toda a parte. Vemos as suas conquistas. Mas ao mesmo tempo parecem ainda poucos e insuficientes para mudar o mundo. De movimentos de resistência, de movimentos reativos, progressivamente vão se transformando em movimentos propositivos, pró-ativos. Alguns se confrontam com governos e poderes constituídos; outros com setores da própria sociedade civil; outros contra pseudo-valores sociais, como o machismo e o consumismo. Aos poucos deixam apenas de reivindicar e passam a propor o que querem que seja feito: “queremos que sejam realizadas essas políticas e ações que apresentamos; queremos que elas sejam feitas do modo que propomos; e queremos participar como sujeitos nessa realização”.

Em alguns países, esses movimentos avançam democraticamente na substituição de governos locais, estaduais e federais, elegendo novos governantes com perfis mais populares e favoráveis à realização das suas proposições. Articuladas, essas redes solidárias enfrentam embates políticos, disputando hegemonias em torno dos projetos nacionais. Em outros casos, começam a implementar por conta própria as proposições que apresentam e que ficam sem resposta dos poderes públicos. Mas permanecem igualmente mobilizados, exigindo deles melhores condições para prestar os serviços de caráter público que tais movimentos ou organizações sociais fornecem gratuitamente às suas comunidades.

A grande novidade dos anos 90 foi a descoberta de que podemos tecer redes colaborativas entre todas as organizações solidárias e articular nossas soluções e conquistas, nossos problemas e desafios, nossas estratégias e práticas cotidianas, construindo eixos de lutas que articulam o local e o global, o imediato com o longo prazo, a diversidade e a unidade, o enfrentamento das estruturas que geram os problemas com a implantação das novas estruturas que sustentam as soluções. Que podemos integrar nossas ações culturais, políticas e econômicas em movimentos de libertação popular, cada vez mais potentes e abrangentes, que tratam simultaneamente das questões

cotidianas de nossas vidas e que atuam na transformação das estruturas econômicas, políticas e culturais de nossas sociedades.

### **Milhares de Redes por todas as partes**

Integrando quem estava isolado ou desarticulado, surgem redes colaborativas e solidárias por toda a parte. Seus acúmulos vão sendo sistematizados em cartas de princípios. Suas elaborações dão origem a plataformas propositivas. Criam-se novas formas organizativas para facilitar a comunicação, a produção coletiva do conhecimento, as tomadas de decisão e as ações coordenadas, interligando os diversos atores que as compõem. Simultaneamente ações diversas se realimentam de maneira centralizada, descentralizada e distribuída. Processos totalmente descentralizados, por exemplo, ganham força pela intervenção distribuída de cada participante, agindo com autonomia, tendo por referência a carta de princípios e a plataforma da rede. E todos os atores distribuídamente se entre-apóiam, reforçando e realimentando suas ações em processos comunicativos e de tomadas de decisão coletiva – seja, por exemplo, em um sistema eletrônico de comunicação e votação, centralizado um mesmo fórum na Internet, seja pela participação presencial em algum fórum ou assembléia.

Os Fóruns Sociais Mundiais são a ponta de um gigantesco *iceberg*. Eles não existiriam ou não teriam a capilaridade que têm se não houvesse as redes (conectando o local e o global) e seus fluxos comunicativos e tomadas de decisão, mediados por diferentes tecnologias, especialmente as novas tecnologias da informação. As primeiras expressões recentes de processos desse tipo remontam às manifestações de Seattle, durante os protestos contra a OMC, em 1999.

Mas o limite dos FSM é que eles avançaram muito pouco para a construção de Redes Sociais Mundiais. São um momento importante de conexão de milhares de atores. Durante essa conexão há um significativo fluxo de comunicação das diversidades inerentes a essas redes. Mas passado o evento, os fluxos de comunicação entre as organizações caem a níveis mínimos e as ações retornam basicamente aos patamares preexistentes, acrescidos, todavia, do importante acúmulo produzido coletivamente. Em geral, alguns atores que se conhecem nos FSMs acabam por manter suas conexões, fortalecem

seus intercâmbios e passam a fazer algumas coisas juntos. Mas tudo isso, embora seja muito importante e necessário para o avanço das lutas, ainda é pouco frente ao que se poderia fazer se os FSMs objetivassem a tecitura e fortalecimento de redes mundiais colaborativas.

Se de fato assumirmos como horizonte a construção de redes sociais mundiais, a construção de redes solidárias colaborativas em escala global, devemos buscar formas de promover, fortalecer e ampliar a base integrada na defesa de todas as proposições de todas as redes e cada qual deve fortalecer as demais. Porém, mais do que simplesmente difundir suas propostas, atuar no plano do debate das idéias, no plano da transformação da cultura, cabe simultaneamente atuar nos planos econômico e político. Não apenas na defesa política das proposições construídas democraticamente pelas organizações solidárias em redes colaborativas, não apenas na luta pela substituição de governos em favor da realização dos objetivos populares inscritos nas plataformas construídas democraticamente. Mas, especialmente, na vivência econômica daquilo que propõem as redes colaborativas na esfera da economia solidária. Isso é, contribuir pela nossa ação econômica cotidiana na transformação das estruturas econômicas globais. Pois de nada adianta difundir idéias de transformação do mundo para a construção de um mundo melhor ou lutar politicamente em favor dessas mesmas idéias, se, com nossas próprias práticas econômicas, nós mesmos combatemos o que propomos e fortalecemos as grandes corporações e os setores economicamente dominantes que renegam nossos objetivos e valores solidários.

A grande lição aprendida é unir o local e o global. Precisamos defender as economias soberanas não apenas nos debates que fazemos nos FSMs ou nas manifestações contra a OMC, mas igualmente quando escolhemos os produtos que vamos consumir quotidianamente, decidindo eticamente o que fazemos do nosso dinheiro e quais segmentos econômicos vamos fortalecer com ele. Precisamos defender o equilíbrio dos ecossistemas não apenas em nossos discursos e manifestações, mas selecionando os produtos e serviços que consumimos ou usufruímos, visando reduzir os impactos ambientais desse consumo. A grande lição é que não basta combater o bom combate no plano da cultura ou da política, é preciso estendê-lo ao plano da economia. É preciso participar economicamente da

Revolução das Redes. Na minha opinião, há uma revolução das redes em curso e estar vencendo – lembrando do slogan escrito em um muro de Seattle durante os protestos contra a OMC em 1999 – significa expandir e fortalecer os processos colaborativos e solidários dessa revolução que está na base da possível emergência de sociedades pós-capitalistas.

## **A Economia Solidária como base material de sociedades Pós-Capitalistas**

Embora isso possa parecer estranho para muitos que não ouviram falar desse assunto, existem milhões de pessoas no mundo todo que praticam a economia solidária. Que trabalham e consomem com a finalidade de promover o bem-viver de todos, inclusive o seu próprio bem-viver pessoal. Nesse circuito econômico da economia solidária o que importa é assegurar as condições econômicas das liberdades pessoais e públicas, gerando trabalho e renda, a integração ao tecido sócio-produtivo de todas as pessoas em idade e condição economicamente ativa, visando abolir toda forma de exploração, dominação e exclusão, proteger os ecossistemas e promover o desenvolvimento sustentável.

Inicialmente a economia solidária surge como práticas bem-sucedidas de geração de trabalho e renda, de comércio justo, de consumo ético, de finanças solidárias, de difusão de tecnologias produtivas sustentáveis. Mas essas práticas estavam isoladas.

Algum tempo depois surgiram redes colaborativas integrando essas ações diversas, com estratégias de potencialização dos fluxos econômicos. Desse modo, ações de finanças solidárias possibilitavam a emergência de empreendimentos produtivos sob autogestão dos trabalhadores, sem patrões ou empregados, utilizando tecnologias que provocassem o menor impacto possível nos ecossistemas e, igualmente, o melhor benefício social possível. Os produtos desses empreendimentos passam a ser comercializados em circuitos de comércio solidário, com lojas, feiras, sistemas de comércio justo internacional e vendas por Internet com entregas em domicílio. Os consumidores passam a substituir produtos e serviços que consumiam de empresas capitalistas por produtos e serviços gerados e comercializados no interior da economia solidária, buscando assegurar

o seu bem-viver pessoal no ato de consumo, mas igualmente o bem-viver dos trabalhadores que produzem aqueles bens e serviços, tanto quanto a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Tecnologias produtivas, como softwares livres e agricultura orgânica, entre outras, passam a ser utilizadas, desenvolvidas e compartilhadas colaborativamente nessas redes. Os excedentes gerados nesse circuito passam a ser reinvestidos em favor do fortalecimento e da expansão do setor econômico solidário, parte deles sob a forma de microfinanças solidárias.

Em seguida, com base nesse acúmulo, a economia solidária gera no interior desse movimento uma concepção de desenvolvimento territorial sustentável, sob o controle da população local, propondo a reorganização das cadeias produtivas com base na autogestão social. Expande os horizontes da aplicação da autogestão não apenas para a esfera da atividade econômica, mas igualmente em relação à participação popular na definição dos orçamentos públicos e no planejamento das cidades. E com base nessa participação propositiva, com abrangência e limites diversos em cada contexto, começam a surgir políticas públicas de economia solidária em diferentes países.

Por fim, no seio da economia solidária começam a ser debatidos e tratados temas globais, como os temas abordados nos FSM no eixo das economias soberanas. Mas não apenas reativamente e sim propositivamente, com relação ao comércio solidário internacional, bem como em relação aos fluxos financeiros do capital internacional, tanto quanto em relação ao tratamento das dívidas externas. As décadas de experiências bem-sucedidas de emissão de moedas locais para intercâmbio em redes colaborativas ensejaram o desenvolvimento de novas tecnologias da informação utilizando, ainda de forma experimental, smart cards e sistemas on line que permitem transações de compra e venda como moedas sociais que não mais são impressas em papel e avançou-se na metodologia de conversibilidade dessas moedas em busca da definição de uma unidade monetária solidária global.

Enfim, uma nova revolução está em curso e sua base material está se desenvolvendo. Mas pouco sabemos dela. Pois ao invés de centrarmos a atenção nas relações e fluxos que permeiam os processos, voltamos os olhos para as partes que constituem essas redes. Essa revolução das

redes é simultaneamente econômica, política e cultural. E a realimentação dos fluxos entre as diversas redes que se interligam desencadeia simultaneamente processos de grande complexidade.

A base material dessa revolução, a economia solidária, está se desenvolvendo rapidamente. Entretanto, milhares de redes e milhões de pessoas que lutam pela construção de um outro mundo possível não a praticam. Primeiramente porque a desconhecem e secundariamente pelas dificuldades encontradas no acesso aos produtos e serviços gerados no interior dessa outra economia.

Essas duas dificuldades serão superadas em breve. Então as principais dificuldades serão culturais: a superação de uma cultura consumista que valoriza a quantidade, o excesso, a posse e o descarte, ao invés de valorizar o bem-viver das pessoas e das comunidades. A dificuldade será a superação cultural de um padrão insustentável de produção, consumo e modo de vida, pela afirmação de um novo modo de produzir e consumir e conviver solidariamente, recuperando o sentido de dignidade da pessoa humana e de sua integração nas sociedades e ecossistemas, valorizando a diversidade das culturas, a convivência pacífica entre as pessoas e os povos e o exercício democrático da autogestão das comunidades e nações.

Ao mesmo tempo em que as redes colaborativas solidárias avancem nos âmbitos econômicos e culturais dessa revolução, simultaneamente também avançarão na esfera política, transformando os Estados, alterando suas atribuições e legislações – bem como os mecanismos de representação política e de participação popular. Trata-se de uma revolução e não há processos lineares. Cada realidade muda a seu modo. Mas a interligação das redes solidárias em processos colaborativos permite o mútuo aprendizado a partir de cada experiência histórica, bem ou mal-sucedida. As novas tecnologias da informação, utilizadas no interior dessas redes para tomadas de decisão democráticas, tendem a ser projetadas igualmente para certas tomadas de decisão no interior dos Estados, envolvendo comunidades locais e, em certos casos, nacionais. Veremos surgir novos processos e mecanismos de governança e de gestão compartilhados, que poderão democratizar os Estados. Mas a sua implementação será fruto de revoluções democráticas, suportadas em uma nova base de produção material e nos horizontes de uma nova cultura, ambas desenvolvidas

através desses fluxos colaborativos e solidários entre redes e pessoas, conectando o local o global.

## **As Redes de Economia Solidária no Brasil**

O mapeamento oficial feito pelo Governo Federal sobre economia solidária em 2005 alcançou 41% dos municípios brasileiros. Constatou-se que, dos 14.954 empreendimentos econômicos solidários pesquisados, 77% foram criados nos últimos dez anos! Esses empreendimentos operam sob autogestão: os trabalhadores são proprietários das empresas e decidem democraticamente em assembléias tudo o que seja relevante para a empresa, inclusive a destinação dos excedentes. Inexistem as figuras clássicas de patrão ou empregado, a propriedade é coletiva, a gestão compartilhada e atua-se sob princípios solidários.

Esses empreendimentos integravam 1.251.882 trabalhadores ao final de 2005. Sua produção anual, então declarada, era de aproximadamente USD 2,6 bilhões. Esses empreendimentos geraram, de 2000 a 2005, cerca de 628 mil novos postos de trabalho. Foram criados 1.250 empreendimentos a cada ano, ou 104 novos empreendimentos a cada mês. Em relação aos resultados financeiros, a maioria deles teve sobras ou pagou suas despesas. Somente 16% não haviam pago as despesas relacionadas ao mês anterior, um número relativamente baixo, comparando-se-o ao das empresas de mercado em seus níveis de endividamento.

Mas por que em um ambiente econômico tão adverso, frente aos fenômenos da globalização e do neoliberalismo que se propagou nas décadas de 80 e 90, com empresas falindo ou sendo incorporadas pelo grande capital em um momento de abertura dos territórios nacionais ao capital externo, tais empreendimentos solidários proliferaram e se consolidaram? Mais do que isso. Por que diversas empresas capitalistas que faliram e foram, posteriormente, assumidas pelos trabalhadores, que as reergueram sob os princípios da economia solidária, passaram a prosperar, gerando sobras?

A principal hipótese, a meu ver, é que na base desse fenômeno estão processos colaborativos solidários que, tecendo redes socioeconômicas, facilitam a sustentação desses empreendimentos,



com a integração de produtores, fornecedores e consumidores, centros universitários, ongs, sindicatos, organizações eclesiais, governamentais e populares, beneficiando comunidades locais e o conjunto dos envolvidos.

Conforme a pesquisa, cerca de 42% desses empreendimentos participam de alguma rede de economia solidária ou fórum de articulação. Essa integração os fortalece. Nos últimos 12 meses, 5.557 empreendimentos fizeram investimentos que totalizaram USD 91 milhões, principalmente para aquisição e renovação de equipamentos, para infra-estrutura física, ampliação de estoque de matérias-primas, abertura de lojas ou espaços de comercialização e abertura de filiais. Trata-se de investimento de excedentes gerados no próprio circuito da economia solidária ou de recursos captados em financiamentos no setor da economia solidária ou junto a organismos públicos e bancos privados.

As fontes de recursos apontadas para a montagem inicial dos empreendimentos são: os próprios associados (71%), doações (34%), empréstimos e/ou financiamentos (21%). Vemos que as principais fontes de recursos referem-se à solidariedade entre os participantes do empreendimento, que aportam recursos próprios em benefício da iniciativa e/ou de doações recebidas de outras organizações solidárias ou comunidades locais. Igualmente, inúmeras formas de microfinanças solidárias inscrevem-se na terceira principal fonte de recursos para o surgimento desses empreendimentos.

A maior parte da produção destina-se ao comércio local ou comunitário (56%), seguido do comércio municipal (51%), micro-regional (26%), estadual (16%) e nacional (7%). Apenas 2% é destinado para a exportação a outros países. Cabe destacar que os produtos e serviços, em sua maioria, são comercializados utilizando-se a moeda oficial do país. Mas há uma parcela comercializada com moedas locais, emitidas pelas próprias comunidades de bairro ou redes locais, que as aceitam no intercâmbio de produtos e serviços. Destaque-se que apenas 66% dos empreendimentos apontaram como destino final dos produtos e/ou serviços a sua venda. No caso de 6%, os produtos e serviços são destinados ao autoconsumo de sócios e de suas famílias; no caso de 5%, os produtos e serviços são trocados por outros produtos e serviços, particularmente de outros fornecedores

solidários – sendo parte desse intercâmbio feita com o emprego de moedas sociais. Por fim, o destino dos produtos e serviços de 31% dos empreendimentos é, em parte, a sua venda ou troca e, em parte, destinada ao autoconsumo de sócios. Ocorre que quanto mais cresce o volume de intercâmbios no setor da economia solidária, satisfazendo o bem-viver dos participantes, menor é a necessidade de recorrer-se aos produtos e serviços ofertados por empresas capitalistas, não solidárias. Há, entretanto, a necessidade de qualificar-se cada vez mais os produtos e serviços para atender-se às necessidades diferenciadas dos consumidores.

Quanto às matérias-primas utilizadas na produção, a principal fonte continua a ser a aquisição junto a empresas privadas (60%), posto que a economia solidária ainda não conseguiu remontar as cadeias produtivas nos territórios. Mas é expressiva, tratando-se de organizações complexas, como as cooperativas de transformação, a aquisição de insumos junto a associados (28%); ou de outros empreendimentos de economia solidária (6%) ou ainda junto a produtores não-sócios (11%). A doação de insumos corresponde a 18% e a coleta de materiais recicláveis ou matérias-primas para artesanato é a fonte de insumos para 11%. Desse modo, vemos que os empreendimentos que praticam formas solidárias de obtenção de insumos ultrapassam, em quantidade, os que apenas o adquirem junto a empresas privadas no mercado. Isso significa que o crescimento das redes de economia solidária e a ampliação de negócios solidários entre os empreendimentos que as integram fortalece a expansão do setor, ampliando o volume de vendas em seu interior, e que começa haver a remontagem solidária e ecológica das cadeias produtivas nos territórios.

Destaque-se ainda que os empreendimentos de economia solidária, integrados a redes sociais, alimentam suas conexões com movimentos populares, sindicais, comunitários, culturais e fóruns de diversos tipos. Cerca de 60% deles participam de movimentos sociais-populares, outros 58% desenvolvem alguma ação social ou comunitária e 42% participam de redes ou fóruns de economia solidária. Fato é que muitos desses empreendimentos surgiram das lutas desses movimentos ou graças a iniciativas de economia solidária, especialmente de microcrédito. Nada mais natural que uma empresa de confecções, que surgiu por luta e organização local de um movimento de mulheres,

mantenha o seu compromisso no apoio às lutas feministas. Ou que uma empresa de beneficiamento de frutas que surgiu da organização do Movimento Sem Terras, após conquistar um assentamento da reforma agrária, continue apoiando a luta dos trabalhadores rurais sem-terra.

Destaque-se também que 44% desses empreendimentos estão na região nordeste do Brasil – que abriga metade da população abaixo da linha de indigência no país. Se, para os excluídos, a economia solidária mostra-se como alternativa real para enfrentar a situação de pobreza, para o conjunto dos trabalhadores revela-se uma opção por outro modo de trabalhar e viver: trabalhar em empresas onde todos são proprietários; em que as principais decisões são tomadas democraticamente em assembléias; em que se pode trabalhar de forma a proteger os ecossistemas e promover o bem-viver pessoal e social.

## **Desafios e Horizontes**

Frente ao exposto até aqui, alguns analistas levantam questionamentos importantes:

*- De que forma as redes de Economia Solidária se relacionam com o seu exterior, isto é, com a economia não-solidária? As relações externas são definidas por uma perspectiva não-solidária? E, portanto, a relação da Economia Solidária com o resto da economia é uma relação de competição? Se sim for, qual é a perspectiva dessa competição, e como pode a Economia Solidária 'vencê-la'?*

*- O que distingue, ou como distinguir, a perspectiva da Economia Solidária de uma defesa de formas locais de capitalismo? Ela se resumiria ao compromisso com o bem-estar (entendido como geração de trabalho e renda, como proteção ambiental etc.) local? Mas até que ponto esse compromisso não é igualmente possível num capitalismo local, 'de pequena escala'? E como garantir que a expansão das redes de Economia Solidária não implique numa perda dos seus valores iniciais? E, em geral (o que se relaciona com a primeira pergunta), quais são as formas que as redes*

*possuem de garantir que não haja desvios de seus princípios?  
E não seria possível que as próprias necessidades de geração  
de emprego e renda gerem estes desvios?*

*- Como se movimenta a economia solidária no horizonte da  
América Latina e como estão as relações entre organizações  
latino-americanas nesse setor?*

Um copo meio cheio é igualmente um copo meio vazio. As redes de economia solidária se relacionam com o seu exterior e com o seu interior. Quanto mais o seu interior se expande, diversifica e se aprimora, menos necessidades têm de relacionar-se com atores econômicos não-solidários. A lógica é substituir as relações com fornecedores e distribuidores externos não-solidários por relações com atores solidários que se integrem às redes de economia solidária ou que já surjam a partir da própria capacidade de investimento dessas redes colaborativas. Mas mesmo em se tratando dos relacionamentos com atores não-solidários, as iniciativas de economia solidária lutam por preservar os seus próprios princípios e valores, selecionando os fornecedores e distribuidores menos ruins, do ponto de vista ecológico e social. Para alguns, a organização de redes colaborativas é a melhor estratégia para enfrentar fortes processos de competição e assegurar a sustentabilidade e vitória das iniciativas de economia solidária frente às demais. Vendo por esse prisma, o crescimento das redes de economia solidária é um processo de acirramento da competição de mercado com a progressiva derrota dos atores não-solidários. Olhando por outro prisma, o crescimento das redes de economia solidária é afirmação de uma outra economia, baseada na colaboração e não na competição. Nessa ótica, o foco não é montar estratégias para fazer ruir ou quebrar os atores não-solidários, mas para multiplicar de tal modo os atores solidários que a reorganização das cadeias produtivas possibilite expandir uma economia ecologicamente sustentável e socialmente justa, abolindo toda forma de exploração humana e degradação ambiental que, em níveis diversos, são típicas do modo capitalista hegemônico e de seus mercados. A força desse movimento está em construir uma nova economia. A expansão dessa nova economia terá como consequência o enfraquecimento continuado da economia capitalista, em favor do bem-viver das pessoas, dos povos e do reequilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

Cabe, portanto, salientar que a economia solidária não se confunde com o modo capitalista de produção. Ocorre que algumas pessoas confundem economia solidária com desenvolvimento local. E uma vez que pode haver desenvolvimento local na perspectiva capitalista, imaginam que a economia solidária se resumiria a uma espécie de capitalismo local, com fluxos econômicos mais preservados frente aos fluxos globais, comprometendo-se com a manutenção do bem-estar das comunidades locais, particularmente pela manutenção de postos de trabalho e renda naquele território e pela proteção de seus ecossistemas – na medida em que consegue ajustar os fluxos de fornecimento, produção, comercialização, financiamento e consumo em laços de realimentação dentro daquele território. Experiências de desenvolvimento local sob a lógica capitalista foram bem-sucedidas em certos lugares com significativo aporte dos entes públicos, mas, progressivamente, a lógica de concentração de riqueza típica daquele modelo vai enfraquecendo o dinamismo econômico local. E as linhas de financiamentos que são abertas acabam por beneficiar o enriquecimento de alguns, enquanto as grandes maiorias, e não raro os entes locais, resultam endividados no curto, médio e longo prazos.

Se é um fato que a economia solidária promove o desenvolvimento territorial, o faz sob o paradigma da distribuição de riqueza. Quanto mais a riqueza é distribuída, praticando-se preços justos (tanto na comercialização de bens e serviços quanto na remuneração do trabalho autogerido) tanto mais o território se fortalece economicamente e aprimora-se o bem-viver de sua população. Mas quem estabelece os preços justos são os próprios atores econômicos solidariamente integrados nessas redes, empreendimentos, produtores e consumidores que, mediatamente, se relacionam em cada transação econômica de compra e venda, de financiamento ou condissão de resultados. Se por um lado a economia solidária se sustenta em um conjunto de valores éticos, por outro lado ela se assenta igualmente sob um conjunto de valores econômicos. Ambos se materializam em práticas concretas, tais como a autogestão, a decisão democrática sobre os resultados da atividade econômica e a remontagem ecológica e solidária de cadeias produtivas. Se todas as decisões importantes sobre o empreendimento são tomadas em assembléia, é quase certo que essa autogestão não resultará na negação da própria democracia que a funda. Que o direito de propor e decidir não irá abolir a liberdade de propor e decidir, por mais que os empreendimentos se multipliquem e as redes cresçam. Se é legítima a pergunta sobre como garantir que a expansão das redes de

Economia Solidária não implique numa perda dos seus valores iniciais, por outro lado essa pergunta supõe que esses valores tendem a ser perdidos – cabendo portanto evitar tal perda. Mas a economia solidária somente pode crescer na medida em que seus valores econômicos se expandam. E eles somente podem se expandir se os seus valores éticos são praticados pelos atores que a integram – posto que sem a colaboração solidária entre eles, todos tendem a se enfraquecer, debilitar e falir. Razão pela qual constróem redes colaborativas ao invés de agirem isoladamente. Se é correto supor que uma empresa solidária depois de consolidada economicamente poderia vir a desprezar o setor da economia solidária, por outro lado caberia avaliar em que medida a sua desconexão de todos os fluxos econômicos solidários que a consolidaram e sustentam não a levaria igualmente a falir - posto que as redes colaborativas podem e devem montar novas unidades produtivas para atender às suas próprias necessidades, evitando tornar-se refém de um fornecedor em particular.

Atualmente, entre os principais riscos que a economia solidária enfrenta estão dois: a pouca compreensão que as forças progressistas, democráticas e revolucionárias das sociedades têm a seu respeito e a incursão que as forças capitalistas vem fazendo em torno do conceito de solidariedade, vinculado-o à noção de *responsabilidade social*. Isso leva ao resultado de que grande parte das forças sociais, mesmo as melhor informadas, imaginem que a economia solidária seja um espécie de capitalismo que leva a sério a responsabilidade social. Esse preconceito, especialmente em meio às forças de esquerda, somado à ofensiva no campo dos valores por setores de direita – pretendendo fazer-se passar por ambientalmente e socialmente responsáveis – leva a economia solidária para um campo de diálogo em que a esquerda lhe pede que apresente justificativas de possibilidade histórica ao invés de centrar o debate na efetividade de sua atual realidade histórica, em que aboliu a contradição entre capital e trabalho, pelo simples fato que os trabalhadores são proprietários dos empreendimentos e decidem democraticamente, autogestionariamente, o que fazer deles. E porque democraticamente colaboram com outros empreendimentos solidários numa relação de complementariedade vantajosa para todos. E assim, enquanto se debate se a economia solidária não perderá os seus valores na medida em que cresça, gigantescas parcelas dos setores sociais progressistas continuam a consumir produtos não-solidários

sem se perguntar a fundo sobre a efetividade histórica presente de seu próprio consumo, que realimenta teias econômicas locais e globais do capitalismo. Pois, de fato, não sabem distinguir o que é uma iniciativa de economia solidária e o que é uma empresa capitalista que apregoa a “responsabilidade social” como estratégia de marketing. Por outra parte, atores de economia solidária, buscando apoios públicos, particularmente governamentais, não explicitam o caráter contraditório e revolucionário dessa nova economia, permitindo que sobre ela seja feita uma leitura ambígua, carregando nas tintas de sua característica de responsabilidade social e ambiental – uma vez que para a economia solidária essa responsabilidade não é uma simulação, mas um compromisso verdadeiro.

Mas fato é que na América Latina essa economia avança rapidamente, enfrentando os seus desafios, aprendendo com seus acertos e erros. Cito apenas um exemplo. Na Argentina, depois de um crescimento gigantesco do número dos grupos de trocas que emitiam moedas sociais locais, alcançando seguramente a mais de dois milhões de participantes – embora alguns levantamentos apontassem de três a cinco milhões – houve um refluxo considerável em razão de problemas metodológicos e organizativos, com denúncias de desvio de finalidades de algumas práticas em escala nacional. A gravidade da situação levou à emergência de uma nova rede nacional de trocas solidárias, aprimorando os instrumentos organizativos e a metodologia de funcionamento. Ocorre que no Brasil, o aprimoramento no emprego das moedas sociais, considerando os acertos e erros cometidos na Argentina e em outros países, levou ao surgimento de bancos comunitários que operam com moedas sociais emitidas na comunidade e de circulação local, porém lastreadas com fundos de micro-crédito solidário. Com base nessa experiência está em curso atualmente na Venezuela a organização de uma rede de bancos comunitários que realizam a emissão de moedas locais. Por sua vez, no México, desenvolveu-se um sistema de intercâmbio em que as moedas sociais não são mais emitidas em papel, mas registradas como créditos eletrônicos em smart cards que permitem realizar operações de intercâmbio através de redes de comunicação de dados. Por sua vez, no Brasil, desenvolveu-se um sistema eletrônico que possibilita a realização de transações tanto com o emprego de moedas locais não lastreadas, que circulam apenas entre os membros de um mesmo grupo de usuários-emissores, quanto de moedas sociais lastreadas, como forma de pagamento entre quaisquer usuários do sistema, sem a

necessidade de *smart cards*. Vemos, portanto, que as diversas soluções, os acertos e os erros, são importantes fontes de aprendizado. E que a economia solidária na América Latina, graças aos fluxos de comunicação em redes colaborativas, tem crescido, sabendo aprender com eles.

## **Conclusão**

A economia solidária é a base material de um novo modo de produção, que está se expandindo em meio à revolução das redes, em processos colaborativos e solidários. Para muitos não é fácil entender o que é uma revolução. Período em que o novo nasceu, existe e cresce, mas em que o antigo ainda vigora e o combate. De fato, nesse sentido, “estamos vencendo”, porque as redes se multiplicam, a economia solidária se expande e a capacidade de intervenção política dessas redes também – como mostram as eleições de governos populares na América Latina. Mas a expansão dessa revolução depende da capacidade de integramos as redes em “redes de redes”, os movimentos em “movimentos de movimentos”. Conectar o local e o global. E escolhermos, com critérios de economia solidária, os produtos que consumimos e o modo como consumimos. De nada valem belos discursos políticos de construção de um novo mundo, se nossas práticas econômicas cotidianas fortalecem justamente aqueles a quem combatemos, ao invés de fortalecer os circuitos econômicos da economia solidária.

Falar de 1,2 milhões de trabalhadores que atuam, integral ou parcialmente, na economia solidária no Brasil ou do surgimento de 1.250 empreendimentos ao ano, nos últimos cinco anos, pode parecer pouco. Mas o fato é que há dez anos esse fenômeno vem se mantendo continuamente e que há uma progressiva tomada de consciência dos que se integram nessa economia. E que redes e fóruns de economia solidária se multiplicam no país e no mundo, tanto ampliando o volume de transações econômicas solidárias nesse setor quanto avançando na expressão política de suas proposições.

Partindo da consciência de que estamos integrados nos ecossistemas, em uma mesma humanidade, entremeados em relações sociais e culturais que se realimentam do local ao global, a economia solidária



busca promover o desenvolvimento sustentável, ecológica e socialmente, em proveito das pessoas, de suas comunidades e dos povos. Se uma das faces das redes de economia solidária é a produção de bens e serviços, a satisfação de necessidades sociais, a geração de excedentes econômicos, seu reinvestimento e a sua justa distribuição, outra delas é essa capacidade de tratar os ecossistemas, pessoas, sociedades, conhecimentos e sensibilidades de maneira solidária, em redes colaborativas, considerando ao mesmo tempo o bem-viver de cada pessoa e de todos os povos, zelando pela sustentabilidade do desenvolvimento em favor das gerações futuras.

Se, para muitos, a economia solidária é apenas uma utopia como horizonte de esperanças, para milhões de outras pessoas ela é uma forma concreta de trabalhar, produzir, comercializar, consumir e intercambiar valores. É forma de satisfazer necessidades pessoais e sociais visando o bem-viver de todos. Para mim, ela é base material da revolução das redes.